



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA – CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx/ Nº /2024

1. PROJETO

OEI/BRA/21/002 - Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do PNE.

2. ENQUADRAMENTO

2.1 Resultado

Resultado 1.3: Métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação das Transferências Discricionárias e Projetos pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

Atividade 1.3.2. Elaborar estudos com análise e revisão dos pontos críticos da execução identificados no diagnóstico, com indicação da existência de outras opções de modelo e/ou variáveis a serem adotadas na execução.

3. JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014 a 2024 - sancionado pela Lei Nº 13.005 de 2014, é composto por dez diretrizes de bastante relevância para a melhoria da educação, destacando-se dentre elas: a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, a melhoria da qualidade da educação, estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade e a valorização dos profissionais de educação.

No referido plano foram estabelecidas metas e estratégias que serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação e por outras instâncias. Neste contexto é importante destacar a utilização do Plano de Ações Articuladas - PAR como estratégia federal para o planejamento plurianual das políticas de educação em que os entes elaboram plano de trabalho, a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares, aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de suas redes públicas de ensino, bem como o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

Esses aspectos balizam a necessidade da realização de estudos, diagnósticos, análises e outras ações estratégicas que mantenham interligação entre o PNE e os instrumentos disponibilizados para planejamento, gestão e práticas político-pedagógicas da educação.

Além disso, importantes iniciativas foram formalizados em 2023 no que tange as ações de infraestrutura educacional. A Lei nº 14.719/2023, que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, objetiva dar continuidade às obras na situação paralisadas e inacabadas. O Decreto nº 11.632/2023, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, e a Resolução nº 27/2023, dispõe sobre as repactuações entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e os entes federativos no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante.

Nesse sentido, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem buscado inovar e modernizar sua forma de gestão para superar os desafios e atingir as finalidades que lhe são atribuídas, visando alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos, em especial a educação básica da rede pública. Portanto, um olhar crítico e especializado dos programas, projetos, ações e processos de infraestrutura é imprescindível para que os objetivos das iniciativas citadas sejam atingidos, garantindo que as ações programadas se tornem efetivas nos estados e municípios.

Diante do exposto, a contratação de consultoria técnica especializada para a avaliação do processo de repactuação das ações de infraestrutura educacional faz-se necessária para a implementação de melhorias nos mecanismos de controle interno, de acordo com os conceitos e princípios de governança e gestão de riscos aplicados ao setor público, visando à adequação e efetividades dos objetos pactuados, traduzidos pelas obras entregues, bem como para a melhoria da qualidade das obras financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE aos Estados, Municípios e Distrito Federal, com base na Lei nº 14.719/2023, que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante. Citam-se, especialmente, atividades de desenvolvimento, análise e cumprimento do objeto de projetos para ampliação, reforma e construção, pactuadas entre os exercícios de 2007 a 2020, de escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio (tanto regular como profissionalizantes), bem como as quadras e cobertura de quadras, atendendo aos padrões construtivos mínimos estabelecidos pelas Normas Brasileiras vigentes.

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de consultoria técnica especializada, na área de arquitetura e engenharia civil, para avaliação do processo de repactuação das ações de infraestrutura educacional e proposição de melhorias nos mecanismos de controle interno, visando à adequação e efetividade dos objetos pactuados a fim de garantir o sucesso das ações de infraestrutura do PAR (Plano de Ações Articuladas) e, por conseguinte, a melhoraria da qualidade da educação do país.

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

Consultores 1 a 20 (COINF):

- Atividade 1: Acessar e parametrizar a documentação encaminhada no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) relativa à adesão ao Pacto de retomada de obras da Educação Básica, comparando-as com os projetos pactuados;
- Atividade 2: Avaliar os parâmetros técnicos de dimensionamento, orçamentação, distribuição e conformidade técnica de acordo com os normativos vigentes;
- Atividade 3: Compatibilizar os dados e evidências técnicas executadas pelo ente federativo e em conformidade com os critérios definidos no escopo dos projetos de retomada da obra, que amparem a conclusão da política pública;
- Atividade 4: Organizar de forma estruturada em documento analítico de conformidade as definições do objeto pactuado que visem a repactuação das obras, compatibilizando-se as evidências do pacto inicial, às perspectivas no novo pacto;
- Atividade 5: Analisar o tempo de resposta das diligências e a qualidade do conteúdo enviado de forma a possibilitar o estabelecimento de critérios, com base na norma vigente;
- Atividade 6: Elaborar documento contendo informações acerca do processo de análise que propicie um diagnóstico do modelo adotado, contendo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto Nacional.

6. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Documento Técnico “A” contendo mapeamento das manifestações de adesão que visem a retomada de obras inacabadas/Inacabadas PC Técnica Concluída, no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), cujos instrumentos tenham sido pactuados entre os exercícios de 2007 e 2009 , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto Nacional.	45 dias após a assinatura do contrato	R\$ 23.000,00
Documento Técnico “B” contendo mapeamento das manifestações de adesão que visem a retomada de obras inacabadas/Inacabadas PC Técnica Concluída, no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), cujos instrumentos tenham sido pactuados entre os exercícios de 2010 e 2012 , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto Nacional.	165 dias após a assinatura do contrato	R\$ 24.000,00

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Documento Técnico “C” contendo mapeamento das manifestações de adesão que visem a retomada de obras inacabadas/Inacabadas PC Técnica Concluída, no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), cujos instrumentos tenham sido pactuados entre os exercícios de 2013 e 2015 , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto Nacional.	220 dias após a assinatura do contrato	R\$ 23.500,00
Documento Técnico “D” contendo mapeamento das manifestações de adesão que visem a retomada de obras inacabadas/Inacabadas PC Técnica Concluída, no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), cujos instrumentos tenham sido pactuados entre os exercícios de 2016 e 2018 , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto Nacional.	270 dias após a assinatura do contrato	R\$ 24.500,00
Documento Técnico “E” contendo mapeamento das manifestações de adesão que visem a retomada de obras inacabadas/Inacabadas PC Técnica Concluída, no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), cujos instrumentos tenham sido pactuados entre os exercícios de 2019 e 2022 , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto Nacional.	345 dias após a assinatura do contrato	R\$ 25.000,00
Valor total do contrato por consultor		R\$ 120.000,00

6.1. Distribuição dos produtos por Estados da Federação

Consultor 01	Acre (AC); Alagoas (AL)
Consultor 02	Amapá (AP); Amazonas (AM)
Consultor 03	Bahia (BA)
Consultor 04	Ceará (CE)
Consultor 05	Distrito Federal (DF)
Consultor 06	Espírito Santo (ES); Goiás (GO)
Consultor 07	Maranhão (MA)
Consultor 08	Mato Grosso (MT); Mato Grosso do Sul (MS)
Consultor 09	Minas Gerais (MG)
Consultor 10	Pará (PA)
Consultor 11	Paraíba (PB)
Consultor 12	Paraná (PR)
Consultor 13	Pernambuco (PE); Piauí (PI)

Consultor 14	Rio de Janeiro (RJ)
Consultor 15	Rio Grande do Norte (RN)
Consultor 16	Rondônia (RO); Roraima (RR)
Consultor 17	Santa Catarina (SC)
Consultor 18	São Paulo (SP)
Consultor 19	Sergipe (SE)
Consultor 20	Tocantins (TO)

7. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

a. Formação acadêmica

a.1 Requisito obrigatório: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Arquitetura ou Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

b. Experiência profissional

b.1 Requisito obrigatório: Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em atividades de desenvolvimento e análise de projetos de arquitetura, acompanhamento, fiscalização ou supervisão de obras, no âmbito público ou privado.

b.2 Requisito desejável: Experiência profissional mínima comprovada de 02 (dois) anos em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão de monitoramento de programas ou projetos no Governo Federal.

8. PROCESSO SELETIVO

8.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

8.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

8.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

8.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

8.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

- a) O candidato deverá cadastrar seu currículo na plataforma da OEI <https://oei.org.br/curriculo/> e se candidatar para a seleção.

- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora da data de inscrição;
- c) Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência;
- d) A pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional;
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.

$$PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)};$$

8.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

Serão convocados para as entrevistas os candidatos com as maiores pontuações na primeira etapa - Análise de Currículos. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

- a) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- b) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- c) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato:

$$PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)};$$

8.4.3 TERCEIRA ETAPA

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;

- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

9.1- Análise curricular (Pontuação Máxima – 80 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO Máxima
Obrigatório: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Arquitetura ou Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	30 pontos: Mestrado/Doutorado 25,5 pontos: pós-graduação em nível de especialização 21 pontos: graduação
Obrigatório: Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em atividades de desenvolvimento e análise de projetos de arquitetura, acompanhamento, fiscalização ou supervisão de obras, no âmbito público ou privado.	30 pontos: 4 anos completos ou mais 25,5 pontos: 3 anos completos 21 pontos: 2 anos completo
Desejável: Experiência profissional mínima comprovada de 02 (dois) anos em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão de monitoramento de programas ou projetos no Governo Federal.	20 pontos: 4 anos completos ou mais 17 pontos: 3 anos completos 14 pontos: 2 anos completos

9.2 Entrevista (Pontuação Máxima – 20 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	Até 05 pontos
Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	Até 05 pontos
Demonstra conhecimento no trabalho desenvolvido pelo órgão contratante, no que concerne as políticas de melhoria da educação, especialmente as tratadas neste Termo de Referência.	Até 10 pontos

10. VALOR GLOBAL

10.1 Valor Global R\$ 2.400.000,00 (R\$ 120.000,00) por consultor.

11. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO:

11.1 Local de entrega/realização: Brasília/DF.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO:

12.1 Prazo: 12 meses.

13. NÚMERO DE VAGAS:

13.1 Número de vagas: 20 vagas.

14. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail ccopi@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei nº 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os produtos deverão ser entregues à Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP/FNDE), SBS, Bloco F, Ed. FNDE, 13º Andar, Brasília/DF, como Relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

O (a) consultor (a) deve ter disponibilidade para executar atividades no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em horário comercial, para que tenha acesso às informações necessárias à elaboração dos produtos propostos.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da OEI, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.